

Marilda Novaes Lipp\*

Saulo Monte Serrat\*

RESUMO

Este estudo, realizado no Presídio de São Bernardo-Campinas, procurou determinar possíveis diferenças entre criminosos violentos e não violentos em relação a traços de personalidade, nível mental, nível de escolaridade, influências familiares e sociais. Também, através da aplicação do Inventário de Eysenck, procurou-se verificar possíveis diferenças entre criminosos e não criminosos e a relação entre as características de personalidade avaliadas pelo inventário e o comportamento criminoso. Os resultados indicaram que os criminosos diferem dos não criminosos, tanto brasileiros como ingleses, em vários fatores, mas o inventário de Eysenck não diferenciou presos violentos de não violentos. No entanto, diferenças entre eles foram encontradas em relação ao Fator G, ao nível de aspiração e à história familiar.

ABSTRACT

The present study was conducted at São Bernardo Prison-Campinas to investigate the possible differences between violent and non-violent criminals as far as the following variables are concerned: personality traits, mental and educational levels, social and family influences. A further objective of this study was to investigate, through the use of the Eysenck Inventory, the differences between criminals and non-criminals, as well as the relationship between the personali

---

\* Departamento de Pós-Graduação em Psicologia-PUCAMP  
A colocação dos nomes dos autores obedeceu a ordem alfabética.

ty traits covered by the Inventory and criminal behavior. It was found that criminals differed from non-criminals, both from Brazil and England, in a number of factors, but that the Eysenck Inventory did not discriminate between violent and non-violent prisoners. Differences between them were found, however, in the terms of G factor, level of aspiration and family history.

1.1-CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VIOLÊNCIA. A violência não é um estigma apenas de nossa época. A história da humanidade tem sido um desfile contínuo de guerras, mortandades, homicídios, opressões, rebeliões sangrentas, enfim, da violência em suas variadas formas.

Há porém, no mundo de hoje, aspectos de manifestação da violência que nos devem preocupar seriamente. O primeiro é o seu recrudescimento em países onde o desenvolvimento social, político e econômico torna absurdo o primitivismo de certas manifestações.

O segundo é a proliferação da violência "gratuita", da crueldade cometida a sangue frio. Enquanto, no passado, havia, por trás de cada ato brutal, o ódio, o amor, o egoísmo, a inveja, a ambição, em suas explicitações patológicas, aumentam, nos dias de hoje, as manifestações de violência com um mínimo de envolvimento emocional.

O terceiro fator que nos deve preocupar é o processo de dessensibilização sistemática a que estamos sendo submetidos, pois a dose de violência que os meios de comunicação nos proporcionam diariamente está embotando, progressivamente, nossa sensibilidade.

A indiferença com que a sociedade assiste aos crimes mais hediondos, ao sacrifício gratuito de vidas inocentes, têm concorrido possivelmente para a intensificação da violência.

Colaborando com essa atitude de neutralidade e distanciamento, surgiu nos últimos anos, uma abundante literatura pseudocientífica, tão bem denunciada por MONTAGU (1978), em A Natureza da Agressividade Humana, e que procura justificar a violência como um determinismo genético.

O aumento dos atos de violência, divulgados em toda a sua crueza pelos meios de comunicação de massa, acabaram por alarmar sobretudo a população e mesmo as autoridades.

Pesquisas realizadas ultimamente por institutos que efetuam o levantamento da opinião pública, revelam que a insegurança é o principal problema da população, tendo prioridade de sobre todos os outros.

No final de 1979, o Ministério da Justiça nomeou uma Comissão de onze juristas, sob a presidência do Dr. Viana de Moraes, para que elaborasse um plano de combate à violência. Ao serem entregues ao Ministério da Justiça, os estudos provocaram acirradas polêmicas entre os interessados, numa demonstração da complexidade do problema.

Também o Congresso Nacional, preocupado com o assunto, constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que ouviu especialistas e representantes dos vários segmentos da população, à procura de uma resposta ao problema da violência.

E é dentro da preocupação geral de determinar os fatores subjacentes à intensificação da violência em nosso país, que se situa a presente pesquisa.

Quanto mais aprofundados forem os conhecimentos sobre todos os fatores intervenientes, mais adequadas poderão ser as medidas para o combate à violência.

**1.2. TEORIAS QUE PROCURAM EXPLICAR A VIOLÊNCIA.** Muitas teorias procuram explicar a gênese da violência. Vamos abordar, de modo sucinto, as principais.

1.2.1. Teorias da aprendizagem. Foi Sutherland, em 1939, o primeiro pesquisador a defender a idéia de que o comportamento criminoso é aprendido, como qualquer outro comportamento. Segundo ele, o que levaria um indivíduo a aprender esse tipo de comportamento seria a presença de um número maior de condições favoráveis à violação da lei, em comparação ao número de condições desfavoráveis a tal.

Apesar de essa afirmação não ser muito precisa, é possível interpretá-la em termos comportamentais e levantar a hipótese de que o comportamento criminoso é aprendido quando os estímulos discriminativos que o controlam são mais poderosos que aqueles que controlam o comportamento não crimino

so, num meio ambiente específico.

Embora atraente, a proposta de Sutherland é vulnerável a críticas, como a feita por CORTES & GATTI (1972), argumentando que ela não explica por quê, criadas nas mesmas condições, umas pessoas se tornam criminosas e, outras, não.

Outro ponto de vista que se enquadra nesta linha é a teoria da aprendizagem social formulada por BANDURA & WALTERS (1963), defendendo ser o comportamento delinquente produto da modelação e de reforçamento positivo. O primeiro fator contribuinte, modelação, seria o resultado de maus exemplos dados pelos pais da criança. Assim, o pai que se gaba de ter sido esperto e ludibriado alguém, estaria ensinando ao filho a desobedecer às normas, através de modelação. Do mesmo modo, o pai que castiga fisicamente e com rigor uma criança que lhe desagradou, estaria ensinando essa criança a reagir violentamente quando frustrada. Pesquisa realizada por BANDURA & WALTERS (1963) revelou que os pais dos adolescentes delinquentes estudados, em geral, exigiam uma obediência total das crianças em casa, ao mesmo tempo que incentivavam os filhos a brigar fora de casa, com quem quer que as aborrecesse. Sugerem esses autores que a punição por parte do poder judiciário não produz o esperado efeito com delinquentes, devido a esse modelo agressivo que existe em casa e devido ao fato de os delinquentes freqüentemente não possuírem as habilidades sociais necessárias para a obtenção de reforços positivos por comportamentos apropriados. Assim, o número de reforços obtidos por comportamentos anti-sociais na subcultura do delinquente ultrapassa o número de reforços que ele tem capacidade de obter por comportamentos adequados.

Outras determinantes de comportamentos criminosos, segundo BANDURA (1973) são: televisão, rádios e jornais que costumam dar destaque a atos de violência.

As teorias da aprendizagem oferecem uma visão da etiologia da criminalidade que pode ser interpretada como otimista, já que se baseia em em fatores que podem ser controlados. Como tal, ela dá grande importância à educação das crianças e, mais ainda, ao papel que a figura paterna desem

penha na família, na sociedade e na prática ou não de atos criminosos.

Uma variação do ponto de vista que dá ênfase ao meio ambiente na criação de condições criminógenas é exemplificado pelas teorias sociológicas, apresentadas a seguir.

1.2.2 Teorias sociológicas: Essas teorias são defendidas, entre outros, nos trabalhos de CLOWARD & OHLIN (1960); HIRSCHI (1960); MATZA (1964); MERTON (1969); COHEN (1955); WOLFGANG & FENACERTI (1967) e THOMPSON (1971).

CLOWARD & OHLIN (1960), COHEN (1955) e MERTON (1969) propõem uma teoria da delinquência baseada na idéia de subcultura. Sugerem eles que o jovem que não consegue alcançar os valores vigentes no momento acaba por formular valores alternativos, com critérios próprios sobre o que representa o sucesso.

Tais critérios situam o "sucesso" dentro de limites que o jovem possa alcançar. Essa teoria explica o comportamento dos indivíduos que não recebem reforço suficiente por comportamentos adequados e que se incorporam a grupos marginalizados, onde recebem aplausos por seus atos ilegais.

Essas teorias falham, porém, na explicação de crimes cometidos por indivíduos que não pertencem a gangs ou a determinadas subculturas.

MATZA (1964), por outro lado, sugere que o comportamento criminoso do adolescente tem origem na tensão e no conflito causado pelo sentimento de que os atos criminosos são os únicos cujas consequências são passíveis de controle. Acredita o adolescente que, através de um comportamento normal, não conseguirá fazer-se notar na sociedade, alvo que alcança através de atos criminosos, sobre os quais exerce bastante controle.

Esta teoria se aplica somente a delinquentes juvenis, tendo, portanto, alcance limitado.

1.2.3-Teorias biológicas. Alguns cientistas tentam explicar a criminalidade com base em determinantes biológicos que atuariam diretamente no indivíduo, sem contribuição significativa do meio ambiente.

JACOBS et alii (1965) publicaram um estudo que provocou

grande impacto no campo da delinquência: mostrava que alguns delinquentes agressivos apresentavam um cromossomo a mais, isto é, possuíam 47 em vez de 46 cromossomos. Essa foi a primeira vez que um problema de comportamento foi ligado a uma aberração cromossômica, e tal síndrome passou a ser conhecida como " genótipo XYY " .

Como, logo a seguir, alguns indivíduos que haviam cometido crimes violentos foram identificados como portadores de genótipo XYY, a credibilidade da teoria aumentou bastante.

A idéia de que a criminalidade possa estar associada a uma aberração genética é muito conveniente, na medida em que libera a sociedade de um sentimento de culpa em relação ao criminoso, já que a tendência ao crime seria produto de um " gen perverso " .

Essa teoria, no entanto, apresenta pontos muito discutíveis. Em primeiro lugar, o estudo de JACOBS et alii (1965) é correlacional e, como tal, envolve o risco de uma correlação espúria entre o cromossomo extra Y e a agressividade. Para que essa correlação tivesse valor preditivo, tornaria-se necessário testar grande número de criminosos e não criminosos, já que é possível que exista grande número de não criminosos com um cromossomo Y a mais. Em segundo lugar, como menciona BANDURA (1973) num estudo feito por Price & Whatmore, um grupo de presidiários com genótipo XYY cometeu menos crimes violentos do que um grupo de controle constituído por presos com genótipo XY. Em terceiro lugar, a violência não é prerrogativa do sexo masculino, e há muitas mulheres (genótipo XX) também agressivas.

O' LEARY & WILSON (1975) acrescentam mais uma crítica à teoria biológica: a de que poderia existir mais de um tipo de cromossomo Y: um que, em combinação com XY, predisporia a pessoa à agressividade e outro que não teria tal efeito. Assim, um cromossomo Y extra do primeiro tipo poderia levar ao crime violento, enquanto um cromossomo extra do segundo tipo não teria esse resultado.

Além das críticas acima, NASSI & ABRAMOWITZ (1976) mencionam que a criminalidade na população de indivíduos com

o genótipo XYY é idêntica à encontrada em populações com outros genótipos.

OWEN (1972), por outro lado, acrescenta que a incidência de combinações XYY em criminosos não difere da incidência encontrada em recém-nascidos, isto é, a de um genótipo XYY em cada 518 casos.

Com base nos trabalhos até agora apresentados, não é possível aceitar uma explicação de criminalidade em termos da presença de um cromossomo Y extra.

Outras teorias baseadas em fatores biológicos têm surgido através dos anos, porém nenhuma recebeu, até hoje, com provação científica conclusiva. Entre elas, houve a de SHEL DON (1949), apoiada na biotipologia; a de GODDARD (1912) e a proposta por CHRISTENSEN (1967), baseadas na hereditariedade; a de SCHLAPP & SMITH (1928), que atribui o comportamento criminoso a disfunções bioquímicas; a de BERMAN (1932), professando que a criminalidade é causada por um desequilíbrio das glândulas endócrinas.

Outra teoria biológica, proposta por MACK & ERVIN (1964) sugerindo existir uma conexão entre a violência e disfunções cerebrais, tem servido de base para a justificação da psiconeurocirurgia em vários países.

Todavia, tanto a teoria de MACK & ERVIN (1964) como a de HILL & WATERSON (1952), que tenta relacionar violência com epilepsia, não foram comprovadas por estudos científicos nos quais todas as variáveis relevantes tivessem sido controladas adequadamente (NASSI & ABRAMOWITZ), 1976).

Várias críticas podem ser feitas às teorias de base puramente biológica: a mais importante é que elas não podem explicar a frequência alta, pelo menos em algumas culturas, da recuperação do delinqüente. MATZA (1964) menciona, por exemplo, que nos Estados Unidos o índice de recuperação de delinqüentes juvenis é aproximadamente 60%.

Há, no entanto, uma teoria baseada na interação de um fator constitucional de cada indivíduo com a aprendizagem social, que explica o comportamento criminoso como uma consequência da diferença com que cada ser humano se condiciona ao seu meio ambiente. Essa teoria, proposta por EYSENCK

(1964), postula que o criminoso, principalmente o sociopata, tem características constitucionais que lhe dificultam a socialização. Sendo assim, o criminoso não adquire resposta de medo condicionado tão facilmente como a pessoa não-criminosa. Essa teoria é discutida a seguir.

1.2.4. Teoria que professa uma interação entre aprendizagem social e fatores constitucionais. EYSENCK (1964) e TRASLER (1962), trabalhando independentemente, concluíram que o comportamento criminoso é o resultado de treino social inadequado aos padrões de conduta aceitável pela sociedade.

Esse treino social, isto é, essa socialização ou modo pelo qual o indivíduo aprende sobre a cultura a seu redor, segundo HASKELL & YABLONSKY (1970), resulta de duas influências: a do treino e a da instrução. Instrução refere-se à aprendizagem cognitiva, quando há um esforço sistemático para transmitir conhecimentos. Treino, por outro lado, refere-se à aprendizagem informal que ocorre sem esforço sistemático.

Para esses autores, treino é o produto de condicionamento e generalização. O condicionamento refere-se a situações onde o pareamento de um evento neutro com outro capaz de eliciar determinada reação dá ao estímulo antes neutro a capacidade de eliciar essa mesma reação. A generalização refere-se ao fato de que a resposta associada a certo estímulo ou situação pode vir a ocorrer na presença de eventos que tenham algo em comum com o estímulo ou situação original (EYSENCK, 1976).

A aprendizagem através deste tipo de associação tem sido corroborada abundantemente, em especial na área de aprendizagem de comportamentos emocionais (AGRAS et alii, 1979; PHILLIPS, 1977, e WOLPE, 1958).

As teorias de Eysenck & Trasler dão ênfase principalmente a como a criança aprende a não ser criminoso, pois, através de condicionamento e generalização, a criança normalmente aprende a inibir comportamentos inaceitáveis na sociedade em que vive.

MOWRER (1960) descreve cientificamente como esse processo ocorre: quando punida, a criança aprende a não emitir o

comportamento punido, a fim de evitar futuras punições. Durante esse processo de inibição de resposta, reações proceptivas que acompanharam a resposta punida adquirem a capacidade de elicitar uma reação emocional condicionada. Como tais reações ocorrem bem cedo na sequência da resposta que levou o indivíduo a emitir o comportamento punido, a reação emocional condicional inibe a conclusão da sequência.

O nível da reação emocional condicionada (ou ansiedade) experimentada é determinado pelo grau de medo experimentado pela criança no início do seu processo de treino social, quando foi punida. Se a criança não experimenta ansiedade quanto a comportamentos inaceitáveis, não haverá condicionamento e conseqüente inibição dos mesmos, o que levará a uma maior propensão a praticá-los e à reincidência.

As causas de falhas de condicionamento, de acordo com TRASLER (1967), incluem diferenças de métodos de condicionamento e na atitude das famílias quanto a comportamentos criminosos.

EYSENCK (1964) sugere que a dificuldade de condicionamento aos valores sociais pode ser causada por um fator constitucional do indivíduo, responsável pela maior dificuldade em ser condicionado, de modo geral.

Estudos conduzidos por BLOCK (1975), FRANKS (1961), JONES (1950), LYKKEN (1957), SPENCE (1958) e TAYLOR (1953) demonstraram que, de fato, existe uma diferença individual na reação do sistema nervoso autônomo e na rapidez com que as pessoas acumulam respostas condicionadas.

O estudo conduzido por LIKKEN (1957), por exemplo, comparou um grupo de presidiários sociopatas com um grupo de pessoas normais, do mesmo sexo, idade, inteligência e status socioeconômico. O grupo de psicopatas apresentou respostas psicogalvânicas mais fracas e se condicionou muito mais lentamente do que o outro, quando foi usado um choque elétrico para inibir respostas numa situação de escolha múltipla. Depois de muitas repetições, os presidiários adquiriram finalmente as respostas condicionadas que, uma vez adquiridas, generalizaram-se como as dos sujeitos do grupo

normal.

Essas diferenças, de acordo com EYSENCK (1975), estão associadas com as dimensões da personalidade que ele denomina de: neuroticismo, introversão-extroversão e psicoticismo. EYSENCK & EYSENCK (1970) definem o extrovertido como aquele que gosta de festas e de excitação, que tem necessidade constante de ter alguém com quem falar, que não gosta de ler sozinho, que é impulsivo e que gosta de arriscar-se.

O introvertido, por outro lado, é definido como aquele que é quieto, introspectivo, que gosta de ler, que é reservado, exceto com os amigos íntimos, que planeja suas ações e dá grande importância a valores éticos.

O indivíduo neurótico foi definido por EYSENCK & EYSENCK (1975) como aquele que é ansioso, que se preocupa excessivamente com coisas irrelevantes, que fica frequentemente deprimido e que reage de maneira irracional e inflexível. O conceito de psicoticismo por esses autores leva a uma definição do psicótico que é mais geral que a definição dada normalmente pela Psiquiatria. Assim, para esses autores, o psicótico é o indivíduo que é cruel, insensível, solitário, que gosta de criar confusão, que usa outros em seu benefício, que é agressivo e hostil até com aqueles que lhes são mais chegados, que não tem medo do perigo e que tem uma tendência irresistível a agir impulsivamente. Essa definição do indivíduo psicótico está próxima à do sociopata, defendida por vários autores, de acordo com a revisão feita por HASKELL & YABLONSKY (1970), e que atribuem essas características a um processo defeituoso de socialização no qual, principalmente, não existe modelo quanto ao relacionamento afetivo.

Em suas extensas pesquisas, EYSENCK (1964) e FRANKS (1961) demonstraram que indivíduos classificados como extrovertidos apresentam maior dificuldade de ser condicionados do que indivíduos introvertidos. Eysenck interpretou esses resultados como uma evidência de que a criança introvertida se socializa mais facilmente do que a extrovertida, devido a diferenças no processo cortical de excitação e inibição, que são determinadas geneticamente.

A teoria de Eysenck é provocativa e pode ser de gran

de auxílio na prevenção do crime, pois, se a criminalidade resulta de falhas no condicionamento aos valores sociais, ela poderá ser combatida através de treinos intensos com crianças que tenham dificuldade em se condicionar.

Dentro desse aspecto teórico, há necessidade de considerar o impacto na criança do tipo de meio ambiente em que é criada. Como HASKELL & YABLONSKY (1970) mencionam, a família, em geral, é a principal determinante dos valores adquiridos pela criança. Aceitando o fato de que os introvertidos se condicionam melhor do que os extrovertidos, é lógico concluir que a criança introvertida irá adquirir mais facilmente os valores culturais dos pais. Assim sendo, sugere-se que, se o meio familiar é mau, o processo de anti-socialização se desenvolve mais acentuadamente para o introvertido. O extrovertido, devido a sua dificuldade em se condicionar, não terá necessariamente que assimilar os valores de sua família.

Assim, os extrovertidos provindos de famílias de criminosos terão maior oportunidade de não se tornarem criminosos, em comparação com os introvertidos. Sugere-se que exatamente o contrário deva ocorrer quando o ambiente familiar é bom, isto é, nesse caso, o extrovertido é que terá maior probabilidade de se tornar criminoso, já que, devido a sua dificuldade em se condicionar, ele não absorverá facilmente valores de sua família.

1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA E HIPÓTESES. Os objetivos iniciais da pesquisa eram os seguintes:

a) determinação das características da personalidade de presidiários que praticaram atos de violência "gratuita", isto é, sem razões aparentes que pudessem explicá-los; b) estudo das características pessoais de presidiários que cometeram crimes violentos e dos que praticaram crimes não violentos. Tais características compreenderiam: nível mental, nível de escolaridade, influências familiares e sociais, traços de personalidade; c) determinação dos índices de condicionamento respondente de criminosos e não criminosos, para testar a hipótese de Eysenck referente ao papel do fator extroversão-introversão na aprendizagem.

As dificuldades encontradas nos obrigaram a mudar alguns de nossos objetivos, transferindo-os para pesquisas posteriores.

Assim, os dados à nossa disposição: fichas individuais e prontuários, não nos permitiriam a classificação dos atos de violência " gratuita".

Obter tal informação através da entrevista seria pouco confiável. Além disso, para afastar a natural desconfiança dos presos sobre uma eventual ligação que poderíamos ter com a Justiça e com a Polícia, e que certamente influiria na autenticidade das respostas, decidimos que, no início da entrevista, ser-lhes-ia dito que não iríamos falar sobre os fatos que os haviam levado ao presídio.

Restava-nos apenas o caminho de conseguir autorização da Justiça para compulsarmos os volumosos processos relacionados a cada preso e analisá-los cuidadosamente, um a um. Além da grande demanda de tempo que tal procedimento exigiria, muitos processos estavam arquivados em Varas Criminais localizadas em outras cidades e, mesmo, em outros estados.

Fomos, pois, obrigados a deixar para outra ocasião a pesquisa desse aspecto, que reputamos de grande interesse para a Psicologia e para a Sociedade.

Quanto à comparação dos índices de condicionamento respondente de criminosos e não criminosos, as circunstâncias locais impediram sua realização.

Ao iniciarmos nosso trabalho, o Presídio de São Bernardo já estava superlotado e com inúmeras tensões internas que iriam provocar a prevista e sangrenta rebelião de 13 de setembro de 1981.

As medidas de segurança existentes e os locais postos à nossa disposição obrigaram-nos a mudar nosso esquema inicial que previa três contatos com cada preso, em dias alternados, um dos quais destinado unicamente a determinar o índice de condicionamento respondente.

Quando estávamos reformulando nosso esquema de trabalho, recebemos a resposta de Eysenck a uma nossa carta, informando-nos que seu inventário, destinado a avaliar a ex

troversão-introversão,neuroticismo e psicoticismo,já ha  
via sido padronizado para o nosso meio,através de um tra  
balho realizado na Universidade Federal da Paraíba.

Considerando as validações do instrumento,realiza  
das na Inglaterra e nos Estados Unidos,e o fato de ter  
sido ele padronizado para o nosso país,resolvemos aplica  
lo,apesar das restrições que fizemos,quer ao inventário,  
quer à sua padronização para o Brasil,e que constam do  
item 2.2-Instrumentos Utilizados.

Uma terceira restrição que tivemos em relação aos  
planos iniciais foi referente à entrevista que preten  
damos realizar com os pais dos presidiários,e através  
dos quais iríamos cotejar as informações dadas por seus  
filhos,em relação à infância e à adolescência de cada  
um.

A rebelião de setembro,marcada pela violência,quer  
na eclosão,quer na maneira por que foi reprimida,tornou  
totalmente inviável a idéia de um contato com as famílias  
dos presidiários,

Finalmente,dos 246 presidiários que se prontificaram  
a participar da pesquisa(representando 58,4% dos que re  
ceberam nossa circular),testamos apenas 95.

Alguns foram liberados antes de terem sido ouvidos,  
outros foram transferidos de local,particularmente após  
a rebelião que destruiu uma das duas alas do presídio.

Assim sendo,os objetivos da pesquisa,após sua refo  
rmação,passaram a ser:

- 1.Determinação de características de personalidade  
que possam diferenciar criminosos de não criminosos;
- 2.De  
terminação de características de personalidade que pos  
sam diferenciar criminosos violentos de criminosos não  
violentos;
- 3.Estudo de características pessoais de crimino  
sos violentos e não-violentos(nível mental,nível de esco  
laridade,influências familiares e sociais).

As características da personalidade seriam avaliadas  
principalmente,através do Inventário de Eysenck,em rela  
ção ao qual foram estabelecidas as seguintes hipóteses:

- 1.Criminosos oriundos de famílias de criminosos(is

to é ,onde pelo menos uma pessoa envolvida na educação da criança tivesse cometido um ou mais crimes)são,na maioria, introvertidos;2.Criminosos oriundos de famílias não criminosas são,na maioria,extrovertidos;3.Há correlação entre a característica da personalidade denominada psicoticismo(P) por Eysenck e crimes violentos;4.Há diferenças estatisticamente significativas entre os índices obtidos por criminosos e não-criminosos,em relação aos aspectos avaliados pelo Inventário de Eysenck

## II

### MÉTODO

2.1. SUJEITOS.Os sujeitos foram representados por reeducandos do Presídio de São Bernardo.Com permissão das autoridades policiais,iniciamos nosso trabalho pelo levantamento dos dados da população carcerária,através do exame de fichas e prontuários e posterior testagem dos presidiários que se prontificaram a participar da pesquisa.

2.1.1.Justificação da escolha dos sujeitos.Embora saibamos que apenas pequena parte de criminosos(violentos ou não) é que se encontra presa,podemos ter a certeza de encontrar nos presídios autores de crimes comprovadamente violentos.

Excetuando o estudo feito para testar a hipótese nº4 , procuramos evitãr a comparação de características de prisioneiros com a de não-prisioneiros,pois,como judiciosamente adverte FELDMAN(1979),há sempre a possibilidade de que o encarceramento e as consequentes experiências que ocorram no presídio possam modificãr,às vezes de modo radical,as características existentes.

2.1.2-Características da população carcerária escolhida.Em julho de 1980,iniciamos o levantamento de dados no fichário e nos prontuários,terminando-o em Dezembro do mesmo ano.Durante esse período,compulsamos 488 fichas,embora a população média encarcerada fosse na época,420 presos.

A diferença para mais observada foi devida à liberação de presos(por término de sentença,livramento condicio

nal, obtenção de prisão-albergue) ou transferência para outras prisões, sendo suas vagas preenchidas imediatamente por novos presos.

Resumidamente podemos dizer que a população encarcerada no Presídio de São Bernardo era constituída predominantemente por pessoas com curso primário, não necessariamente completo (74,79%); solteiros em sua maioria (68,03%); 69,47% na faixa etária de 20 a 29 anos; 47,74% classificados como brancos; na sua maioria naturais do Estado de São Paulo (76,22%) e exercendo 76 diferentes profissões. 46,31% eram reincidentes e os principais motivos da prisão foram: Roubo-53,07%; Furto-31,56%; Homicídio-14,55%; Uso e/ou tráfico de entorpecente-13,73%; Estupro 5,33%; Estelionato-3,89%; Lesões Corporais-3,69% (Obs-A soma ultrapassa 100% em virtude de ter havido, em alguns casos, concomitância de dois ou mais delitos).

## 2.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

2.2.1. Teste de Inteligência não-verbal: Na determinação do fator geral da inteligência, optou-se pelo teste I.N. V-Forma C de Pierre Weill, pelas seguintes razões:

a) É um teste não-verbal, podendo também ser aplicado a analfabetos; b) É de fácil aplicação e de rápida correção; c) Apresenta grande amplitude de mensuração; d) Apresenta questões de quebra-gelo (shock absorber) que evitam o desânimo nos poucos dotados; e) Sua saturação de fator G é grande; f) Apresenta altos coeficientes de fidedignidade: 0,82 (pelo método do split-half) e 0,93 (por uma das fórmulas de Kuder-Richardson); g) Apresenta altos coeficientes de validade em relação aos testes: Cubos de Kohs (0,72); Binet-Terman (0,73) e Matrizes Progressivas (0,84); h) Foi utilizado para a "Pesquisa sobre o nível mental da população brasileira", trabalho realizado sob os auspícios do SENAC e publicado em 1959; i) É um dos testes de inteligência recomendados pelo DETRAN, na realização dos exames psicotécnicos para motoristas, o que indica sua aceitação.

2.2.2. Questionário individual. Os itens do questionário foram elaborados com o objetivo de levantar dados que ser

yissem de subsídio para a corroboração das teorias que tentam explicar a violência e que constam de 1.2.

Propositadamente, deixamos de incluir perguntas relacionadas com o crime e com a vida criminosa do presidiário, para não prejudicar o relacionamento com os pesquisadores e a veracidade das respostas dadas.

2.2.3. Inventário de Eysenck (E.P.Q). Em 1.3., relatamos as circunstâncias que motivaram a substituição dos testes de condicionamento respondente pelo Inventário de Eysenck (E.P.Q.)

O fato de ele pretender avaliar traços de personalidade de diretamente ligados aos objetivos da pesquisa pesou decisivamente na escolha.

Além disso, o estudo realizado por TARRIER (1980), no Nordeste do Brasil, concluindo que os brasileiros não diferem dos ingleses em relação às características de psicotimismo e extroversão avaliadas pelo inventário, influenciou também a escolha feita.

Temos, no entanto, algumas objeções concernentes ao inventário e à sua tradução brasileira.

Quanto a ele, há perguntas diretas sobre o uso de drogas, trapaça em jogo, furto, suborno, sonegação de impostos, atos de crueldade, irresponsabilidade, que, por implicarem respostas socialmente condenáveis, podem levar o testando a falsear suas informações.

Além dessas, outras perguntas foram elaboradas fora da técnica recomendada para a organização de inventários.

Em relação à tradução, há frases mal construídas, uso de termos regionais do país, uso desnecessário de palavras que não pertencem ao vocabulário da população.

Apesar dessas restrições, julgamos oportuna a aplicação de um instrumento utilizado em inúmeros estudos realizados na Inglaterra e nos Estados Unidos e um dos poucos padronizados para o nosso meio.

### 2.3. PROCEDIMENTO

Após o levantamento de dados do fichário e dos prontuários, distribuimos a todos os presidiários uma carta onde explicávamos, de modo claro, os objetivos da pesquisa e soli

citávamos aos que quisessem colaborar conosco que preenchessem um talão que deveria ser encaminhado aos pesquisadores.

Dos 421 presidiários que receberam a carta, 246 responderam afirmativamente.

Foram eles classificados em três grupos: violentos, não-violentos e duvidosos.

No grupo de violentos, foram classificados os presidiários que tivessem infringido um ou mais de um dos seguintes artigos do Código Penal: 121, 123, 129, 157 (§3º), 213, 214 e 223, que dizem respeito aos crimes contra a vida, lesões corporais e estupro.

Foram classificados como duvidosos, e excluídos da pesquisa, os presidiários cujas anotações em suas fichas e prontuários não tornaram clara a natureza do crime praticado, no que dizia respeito à violência.

Finalmente, foram classificados como não-violentos os não-pertencentes às duas categorias acima.

Iniciou-se, então, em junho de 1981, feita apenas pelos dois pesquisadores, a testagem individual, que terminou em novembro do mesmo ano. A testagem foi realizada sem que os pesquisadores soubessem a classificação do testando como violento ou não-violento.

Tendo em vista as medidas de segurança existentes no presídio, as aplicações do I.N.V., do Questionário Individual e do Inventário de Eysenck eram efetuadas em um único período. A aplicação do I.N.V. obedeceu às normas estabelecidas pelo manual da prova. Em relação ao Questionário Individual e ao Inventário de Eysenck, as perguntas eram lidas pelos pesquisadores, que anotavam as respostas dadas.

Embora todos os presidiários se tivessem apresentado voluntariamente, no início da testagem foi-lhes dito que poderiam desistir da realização das provas a qualquer momento. Dois deles fizeram uso de tal prerrogativa.

Um dos presidiários apresentou nítidos sinais de perturbação mental, sendo incapaz de compreender as instruções ministradas e dando respostas incoerentes e incompreensíveis. Por tais razões, foi afastado da pesquisa.

Após a aplicação do Questionário Individual, consultava

mos os testandos sobre a possibilidade de uma entrevista com seus pais. Apenas dois não a autorizaram, alegando que ela poderia ser desagradável para os genitores. O expressivo número de anuências pareceu-nos um indicador do bom relacionamento que foi estabelecido entre os pesquisadores e os presidiários.

### III

#### RESULTADOS

##### 3.1. TESTE DE INTELIGÊNCIA NÃO-VERBAL.

A média obtida pelo grupo de presidiários não-violentos foi 34,68%, enquanto a do grupo de violentos foi 29,89. Houve, assim, uma diferença de 4,79 pontos a favor do grupo de não-violentos.

A tendência do grupo de violentos em obter resultados mais baixos que o outro torna-se mais evidente se compararmos os resultados através de uma tabela percentílica e laborada pelo Centro Editor de Psicologia Aplicada (CEPA), editor do I.N.V.: 24,32% do grupo violento obteve resultados inferiores ao P 10, enquanto no grupo não-violento a incidência cai para 11,36%.

Se observarmos os resultados inferiores ao P25, a incidência é 45,94% para os violentos, contra 15,90% para os não-violentos.

##### 3.2. QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL

O questionário individual era composto de 22 itens, seis dos quais divididos em subitens.

Destacando-se os itens em que as respostas diferiram de modo significativo, observamos que: a) 65,78% dos violentos declararam ter recebido em casa punições violentas e frequentes, enquanto no outro grupo o Índice cai para 27,27%; 23,68% dos violentos declararam que seus pais praticaram atos anti-sociais, contra 18,8% do grupo dos não violentos; c) O mau relacionamento com o pai aparece em 26,31% no grupo dos violentos, contra 11,36 do outro grupo; d) Em relação à situação econômica da família, 26,31% dos violentos declararam ser ela muito precária, contra 11,36 do grupo dos não-

violentos;

Se fizermos o levantamento das situações econômicas a baixo da média (regular, precária e muito precária), os violentos aparecem com 81,57% e, os não-violentos, com 63,63%;

e) Quatro ou mais pessoas dormiam no mesmo quarto em 57,89% de casos entre os violentos, contra 34,09% entre os outros; f) O grupo de violentos acusou maior dificuldade em fazer amigos que o de não-violentos: 10,52% contra 4,54%; g) Apenas 2,63% dos violentos que pertenceram a gangs declararam que o grupo valorizava o comportamento inteligente. No grupo não-violento, o índice foi 13,63%; h) O nível de aspiração profissional no grupo de violentos foi sempre mais baixo.

Assim, 13,15% de violentos declararam que, na infância, pretendiam ser trabalhadores braçais, contra 0,0% de respostas dos não-violentos. Em relação aos outros níveis profissionais, as porcentagens de respostas de violentos e não-violentos foram, respectivamente, as seguintes: trabalhador qualificado: 23 X 27,27; técnico de nível médio: 7,89 X 15,90; profissional de nível superior: 23,68 X 36,36; i) O grupo de violentos apresentou um nível de coesão familiar superior ao dos não-violentos.

Houve 10,52% de casos de abandono ou separação dos pais contra 20,45% do grupo de não-violentos; 23,68% dos violentos declararam sentir a falta de atenção dos pais, valor que sobe a 40,90%, entre os não-violentos; 94,73% dos violentos foram criados por suas famílias, porcentagem que desce para 84,09 entre os não-violentos.

Segundo suas declarações, os pais dos violentos foram mais exigentes em relação a não aceitação de determinados comportamentos indesejáveis, que os pais dos não-violentos. Assim, 34,21% não admitiam o furto, contra 20,45% dos pais dos não-violentos. O repúdio à agressão aparece em 36,84% dos pais dos violentos, contra 20,45% dos outros. Deixar de trabalhar não era admitido por 15,78% dos pais dos violentos, contra 2,27% dos pais dos não-violentos. Apenas em relação às más companhias, os pais dos não-violentos revelaram-se mais exigentes que os pais dos violentos: 29,54% contra 21,05%; j)

Em relação ao acesso aos meios de comunicação de massa , dentre os violentos 36,84% declararam que não viam televisão e 42,10% que não liam jornais. Entre os não-violentos , as porcentagens baixaram para 27,27% e 29,54 respectivamente.

### 3.3. INVENTÁRIO DE EYSENCK (E.P.Q.)

Com o objetivo de avaliar se as características da personalidade de criminosos diferem daquelas da população em geral, e se as dos presidiários violentos diferem das dos não-violentos, foram analisadas as respostas dadas ao Inventário de Eysenck.

Os pontos nas escalas de extroversão (E), psicoticismo (P), neuroticismo (N) e dissimulação (D), obtidas por presidiários violentos, foram comparados com os dos não-violentos. Além disso, compararam-se as respostas dos criminosos, em geral, com as da população da Paraíba, onde o E.P.Q. foi padronizado. Com o mesmo objetivo, efetuou-se a comparação das respostas da presente amostra com as das amostras de criminosos e não criminosos da Inglaterra, em relação à Escala da Criminalidade de Eysenck.

Foi efetuada uma análise da correlação entre os pontos referentes a D-N e P, a fim de verificar se os sujeitos com números altos de pontos em D poderiam ser incluídos nas comparações.

Foi efetuada também uma análise da patologia registrada na personalidade dos presos, em termos de pontos acima das médias obtidas nas escalas do E.P.Q e no seu instrumento complementar, o Inventário de Traços.

A fim de verificar a influência do fator extroversão , que, segundo Eysenck , seria o responsável pela dificuldade de socialização dos criminosos, efetuou-se o estudo da relação entre E e o excesso de disciplina familiar (incluindo castigos corporais), e entre E e a existência ou não de outros criminosos na família.

3.3.1. Comparação de criminosos violentos com não-violentos.

3.3.1.1. Com os dados do E.P.Q. O quadro 9 informa-nos a média e desvio padrão dos sujeitos nas quatro escalas do

inventário. A análise estatística ( $\chi^2$ ) das médias dos dois grupos não revelou diferenças significativas no concernente aos traços P, E, N e D.

Além disso, o teste Kolmogorov-Smirnov demonstrou não ter havido diferença no modo como os sujeitos violentos e não-violentos responderam às perguntas individualmente.

QUADRO 9. Média (M) e desvio padrão (DP) de presos violentos e não violentos em psicoticismo, extroversão, neuroticismo e dissimulação (Campinas).

	Nº	Neuro- ticismo		Extro- versão		Neuro- ticismo		Dissimu- lação	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
		a. Violentos	39	2,87	2,11	11,84	3,49	12,17	4,24
b. Não violentos	44	3,04	2,62	12,09	3,47	12,31	5,29	14,18	4,05
Comparação (a X b)		n. s.		n. s.		n. s.		n. s.	

3.3.1.2. Na Escala de Criminalidade (C). Partindo da hipótese de que criminosos diferem de não criminosos, EYSENCK & EYSENCK (1978) elaboraram uma Escala de Criminalidade (C), com o objetivo de detectar possíveis criminosos e prever a possibilidade de reincidência.

Essa escala foi elaborada a partir dos itens do E.P.Q. que, na análise fatorial, destacaram-se como indicadores de criminalidade.

Não existem normas brasileiras para esta Escala; quando usada na Inglaterra, porém, registrou-se grande diferença entre os pontos obtidos por criminosos e não criminosos.

Com o objetivo de verificar se a Escala C serviria também para discriminar criminosos violentos de não-violentos, analisaram-se as diferenças entre as médias dos sujeitos violentos ( $M=16,10$ ;  $DP=5,22$ ) e dos não-violentos ( $M=16,72$ ;  $DP=5,27$ ) e a frequência das respostas dos dois grupos a cada pergunta da Escala, através da prova do  $\chi^2$ , baseada no tes

te Kolmogorov-Smirnov. Não foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos, no que diz respeito à Escala C.

Assim, um indivíduo com alto índice de N tenderia a ser tão mais instável quanto mais alto fosse seu índice de extroversão.

3.3.2. Comparação dos presidiários com outras amostras. Uma vez que não houve diferenças significativas entre vio- lentos e não violentos, os dados dos dois grupos foram reu- nidos, para comparação com outras amostras.

3.3.2.1. Amostra da Paraíba. O quadro 14 revela que os sujeitos do presente estudo diferem significativamente ( $p < 0,05$ ) da amostra estudada por TARRIER et alii (1980) na Paraíba, em relação a todos os fatores avaliados, a saber: psicoticismo, extroversão, neuroticismo e dissimulação.

EYSENCK E EYSENCK (1975) recomendam, quando um grupo a apresenta um resultado alto em D, que se verifique a corre- lação entre N e D e entre P e D, para ver se os sujeitos devem ou não ser incluídos na análise dos resultados.

De acordo com tal recomendação, fez-se o estudo compa- rativo dos pontos obtidos nesses fatores, concluindo-se não haver correlação significativa entre D e N ( $r = -0,001$ ); entre D e P, porém, observou-se uma correlação ( $r = 0,69$ ).

Note-se que, enquanto as médias dos criminosos foram significativamente mais altas que as normas da Paraíba, em relação a E, N e D (Quadro 14), o contrário ocorreu com a mé- dia no fator P, onde os presos tiveram  $M = 2,95$  e  $DP = 2,36$  ao passo que a amostra da Paraíba apresentou  $M = 3,74$  e  $DP = 3,25$ , o que resulta em  $z = 2,71$  e  $p < 0,01$ .

Quadro 14. Média e desvio padrão no E.P.Q. (Dados de dois

estudos independentes)

	estudos independentes)							
	Psicoticismo		Extroversão		Neuroticismo		Dissimulação	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Paraíba <sup>1</sup> (não-criminosos)	3,74	3,25	10,89	3,88	19,17	4,36	12,78	4,81
Campinas <sup>2</sup> (V + HV)	2,95	2,36	11,96	3,48	12,24	4,76	13,93	3,76
	$z = 2,71$		$z = -2,58$		$z = 4,04$		$z = -2,52$	
	$p < 0,01$		$p < 0,01$		$p < 0,01$		$p < 0,05$	

Pode-se observar que 80% e 76% dos sujeitos se situam dentro das normas em psicoticismo e dissimulação respectivamente, e apenas 54% deles se aproximaram das normas em neuroticismo. Pode-se observar, também, que apenas 28% dos sujeitos obtiveram um total de pontos que os classificaram dentro das normas em relação à combinação dos fatores P, N e E. Os outros 72% dos sujeitos tiveram pontos que os classificaram fora da norma, em um ou mais traços do E.P.Q.

3.3.2.2. Comparação com as amostras da Inglaterra. Comparamos as médias da Escala C obtidas na presente pesquisa, com a dos presos estudados por EYSENCK (1974), bem como a do grupo-controle por ele utilizado e que era composto por não-criminosos.

Observou-se que: a) as médias dos presos violentos não diferiam significativamente das dos não-violentos; b) as médias dos presos da amostra de Campinas não diferiam significativamente das dos presos da Inglaterra; c) as médias dos presos da amostra de Campinas diferiam significativamente daquelas do grupo-controle inglês, constituído por não-criminosos ( $p < 0,001$ ).

3.3.4. Análise em relação ao fator E. O quadro 17 mostra-nos o número de sujeitos extrovertidos e introvertidos provenientes de famílias que haviam praticado ou não atos anti-sociais: os extrovertidos ( $n = 22$ ) representam mais que o dobro dos introvertidos ( $n = 9$ ).

No que se refere à interação na família com o fator extroversão, os resultados foram opostos à hipótese feita. Um número maior de presos introvertidos era originário de famílias não-criminosas, enquanto um número maior de presos extrovertidos era proveniente de famílias em que um ou mais de seus membros haviam praticado atos delituosos.

QUADRO 17. Extroversão X Introversão X atos anti-sociais das famílias dos sujeitos

Família anti-social	Extrovertidos nº 22 26%	Introvertidos nº = 22 11%	Média em extroversão nº = 22 63%	Total nº = 83 100%
Sim.....	13	2	23	38
X .....	60	22	44	46
Não .....	9	7	29	45
X .....	40	78	56	54

O quadro 18 apresenta o número de sujeitos introvertidos e extrovertidos que apanharam excessivamente dos pais.

QUADRO 18. Extroversão X Introversão e punição física violenta por parte dos pais

	Extro-vertidos <sup>1</sup>	Intro-vertidos	Média em extroversão	Total de sujeitos
Número de sujeitos .....	22	9	52	83
Punidos fisicamente ...	13	8	42	63
Não punidos fisicamente ...	9	1	10	20
Punidos X .....	59	88	80	76

(<sup>1</sup>) Refere-se, na amostra do presente estudo, ao número de sujeitos cujos pontos se situaram a mais ou a menos 1 DP da média da amostra da Paraíba na Escala de Extroversão.

Vemos que 76% dos sujeitos receberam castigos corporais severos por parte de seus pais. Os extrovertidos apanharam menos dos pais que os introvertidos e os ambíguais.

#### IV DISCUSSÃO

##### 4.1. DADOS DO QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL E RESULTADOS DO

##### I.N.V

Embora a maioria dos presidiários entrevistados fosse oriunda das camadas mais carentes da população, os violentos apresentaram maior índice de famílias com situação econômica precária, onde às vezes até a alimentação faltava de todo.

Sempre em comparação com os não-violentos, uma porcentagem maior de violentos dormiu num mesmo cômodo com quatro ou mais pessoas.

Apesar de mais carentes, as famílias dos violentos eram mais coesas, apresentando um número menor de abandono ou de separação que o outro grupo, e com pais dando maior atenção a seus filhos.

A coesão familiar e a maior atenção dada aos filhos não implicavam necessariamente maior harmonia no relacionamento pais-filhos e em atitudes adequadas do ponto de vista educacional.

Assim, os violentos foram muito mais castigados, de maneira severa e freqüente, com fios de ferro, correntes, chicotes, pedaços de madeira e outros objetos. Possivelmente por isso, apresentaram um índice de mau relacionamento com seus pais superior ao do grupo de não-violentos.

Os pais dos violentos eram mais exigentes em relação ao comportamento dos filhos, no que dizia respeito a furto, vadiagem e agressão. No entanto, eles mesmos eram mais agressivos, pelo menos ao punir os filhos, e praticaram mais atos anti-sociais que os pais dos não-violentos.

Em relação ao fator geral da inteligência, avaliado pelo teste I.N.V de Weill, o grupo de violentos apresentou resultados nitidamente inferiores.

Foi também inferior o nível de aspiração profissional na infância declarado pelos violentos.

Os violentos tiveram menos acesso à televisão e ao jornal. Este dado, no entanto, deve ser interpretado com cautela. Sua significação real somente poderá ser percebida após a realização de pesquisas específicas que auxiliem a responder às seguintes perguntas:

- Até que ponto a divulgação crescente dos atos de violência, apresentados cada vez com maior crueza, estará provocando uma dessensibilização sistemática e geral?

- A divulgação dos atos violentos atinge apenas os que observam, ou alcança, de modo indireto, a todos, pelas mudanças de padrões comportamentais que acarreta?

#### 4.2. DIFERENÇAS DE CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE DE CRIMINOSOS VIOLENTOS E NÃO-VIOLENTOS, ATRAVÉS DO E.P.Q. E ESCALA C.

Todas as análises realizadas através desses instrumentos revelaram não haver diferença significativa entre os dois grupos, em relação a neuroticismo, extroversão, psicoticismo e dissimulação, segundo as definições de Eysenck.

Esses resultados devem ser encarados com cautela, não apenas por serem provenientes de uma amostra pequena, mas pelo fato de resultarem da utilização de três instrumentos que se baseiam nos mesmos princípios teóricos.

Será interessante, numa próxima pesquisa, comparar os resultados obtidos com os instrumentos elaborados por Eysenck, com outros instrumentos que avaliem também os mesmos traços.

#### 4.3. DIFERENÇAS DE CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE DE CRIMINOSOS DA AMOSTRA DE CAMPINAS E DE OUTRAS AMOSTRAS.

Quando os resultados da amostra do presente estudo foram comparados com aqueles de grupos de não-criminosos, tanto do Brasil (através do E.P.Q.), como da Inglaterra (através da Escala C), encontrou-se uma diferença significativa em relação a todos os traços. Basta dizer que 72% dos sujeitos tiveram classificação fora da norma em um ou mais traços do E.P.Q.

Convém ressaltar que a teoria de Eysenck, que defende uma interação entre aprendizagem social e fatores constitucionais, não tem nenhuma afinidade com as teorias que admitem que a criminalidade seja fruto de um determinismo genético ou, de modo mais amplo, biológico, eximindo, assim, a Sociedade de sua responsabilidade relativamente ao problema. A teoria de Eysenck nos mostra a necessidade da educação preventiva e o valor da reeducação social.

4.3.1. Análise dos resultados nas escalas P e D. Em relação a psicoticismo, nossa amostra apresentou média inferior à da Paraíba, um resultado inverso ao que ocorreu em relação a extroversão, neuroticismo e dissimulação.

Esse resultado é oposto ao obtido por EYSENCK & EYSENCK(1978), e que deu para os presos ingleses média mais alta do que a da população não-criminosa, em relação a psicoticismo.

Uma explicação para o resultado aqui obtido estaria numa possível dissimulação por parte dos presos, uma vez que eles se classificaram acima da média na Escala D. Tal explicação parece viável, se considerarmos a alta correlação entre os pontos obtidos nas Escalas P e D ( $r= 0,69$ ).

A respeito da Escala D, EYSENCK & EYSENCK(1978) advertem que talvez ela avalie também outro fator da personalidade relacionado ao que eles denominam de ingenuidade social. Por isso, recomendam que se verifique se há correlação entre D-N e P.

Uma correlação baixa indicaria pequena probabilidade de dissimulação, enquanto uma alta correlação poderia indicar a tentativa de evitar respostas não socialmente aceitáveis.

Essas considerações talvez expliquem o fato de os presos terem tido em P pontos abaixo da média, justamente no fator da personalidade que, segundo EYSENCK & EYSENCK (1978), estaria mais de perto relacionado com crimes violentos.

Não se pode, entretanto, rejeitar a hipótese de que a Escala D meça outro fator da personalidade (EYSENCK & EYSENCK, 1978), e que estaria relacionado com o que esses autores denominam ingenuidade social.

Sobre a possibilidade de extrapolação das escalas do E.P.Q., OSWALD & VELICER(1980) sugerem uma reestruturação no inventário, julgando que algumas escalas estariam avaliando mais do que o fator a que se propõem avaliar.

4.3.2. Análise dos resultados na Escala N. Apesar de os criminosos violentos não diferirem dos não-violentos, em relação a N, houve uma diferença significativa entre criminosos e não -criminosos, com os primeiros alcançando um número de pontos bem mais alto que os segundos.

TARRIER et alii(1980), comparando sua amostra da Paraíba com a da população inglesa, verificaram que a população masculina de sua amostra apresentava resultados em neuroticismo mais altos que a masculina inglesa.

Nossos resultados indicam que os criminosos apresentam um índice de neuroticismo mais acentuado que o da população não-criminosa(amostra da Paraíba). Considerando que a Escala N mede a instabilidade emocional e que, de acordo com EYSENCK (1980), o neuroticismo acentua tendências que levam à prática de atos anti-sociais, os resultados apresentam-se coerentes com a teoria.

4.3.3. Análise dos resultados nas Escala E. Nossa amostra apresentou um número maior de extrovertidos que de introvertidos: isso, de certa forma, apóia a idéia de que a extroversão dificultaria o processo de socialização. No entanto, a maioria dos sujeitos classificou-se na Escala E dentro da faixa de anormalidade, em comparação com a população não-criminosa(amostra da Paraíba).

EYSENCK & EYSENCK(1970) admitem que a condição de preso pode levar um extrovertido a ter na Escala E um número de pontos abaixo do que teria em situação de liberdade, o que poderia explicar os resultados obtidos no presente estudo.

A interação entre E e a influência familiar foi estudada, obtendo-se resultados contrários à hipótese formulada. Segundo ela, os introvertidos, em virtude de seu mais fácil condicionamento social, tenderiam a assimilar com maior rapidez os valores e os comportamentos de suas famílias. O inverso aconteceria com os extrovertidos. Assim sendo, os introvertidos deveriam ser provenientes de famílias onde fosse registrada a prática de atos anti-sociais, enquanto os extrovertidos deveriam ser oriundos de famílias cumpridoras das regras sociais.

No presente estudo, entretanto, os resultados não foram

condizentes com a hipótese: a maior parte dos introvertidos proveio de famílias não-criminosas, ao passo que a maior parte dos extrovertidos pertencia a famílias que haviam praticado atos anti-sociais.

Na comparação do fator E com castigos físicos exagerados por parte dos pais, verificou-se que a maior porcentagem de introvertidos recebia castigos severos, em comparação com os extrovertidos e os ambíguais.

Julgamos que os dois resultados relacionados com o fator E devam ser objeto de pesquisas mais extensas e que se utilizem de outros instrumentos diversos dos empregados no presente trabalho.

4.3.4. Comparação com a amostra de criminosos ingleses. Vimos que os criminosos da amostra de Campinas diferenciaram-se das normas brasileira e inglesa, que diziam respeito à população não-criminosa.

Ao compararmos as características de personalidade dos presos da amostra do presente estudo, com as dos criminosos ingleses, não encontramos diferenças significativas em relação à Escala C.

O resultado parece indicar que essa Escala detectaria diferenças entre criminosos e não criminosos, independentemente da cultura onde a pessoa fosse criada.

Sentimos também aqui a necessidade da realização de estudos mais amplos e aprofundados sobre o assunto.

4.3.5. Hipóteses formuladas e dados obtidos. Os dados obtidos não confirmaram as hipóteses abaixo: a) criminosos oriundos de famílias que praticaram atos anti-sociais são, na maioria, introvertidos; b) criminosos provenientes de famílias não-criminosas são, na maioria, extrovertidos.

Ao contrario, no presente estudo, 60% dos extrovertidos eram oriundos de famílias onde um ou mais membros haviam praticado atos anti-sociais, enquanto o mesmo fato atingiu apenas 22% dos introvertidos.

A favor da idéia de que a extroversão dificulta o processo de socialização, pode-se apresentar o dado de que, na amostra, havia um número maior de extrovertidos do que de

introvertidos.

A hipótese de que há uma correlação entre o fator da personalidade denominado psicoticismo e crimes violentos não foi confirmada, uma vez que os presos violentos não diferiram dos não-violentos em relação a psicoticismo.

Confirmou-se a hipótese de que os criminosos diferiam dos não-criminosos em relação a determinados fatores da personalidade. Os criminosos do presente estudo diferiram em relação a psicoticismo, extroversão, neuroticismo e dissimulação das amostras de não-criminosos da Paraíba e da Inglaterra.

Não diferiram, porém, dos criminosos da Inglaterra, no que se relaciona aos fatores da personalidade avaliados pela Escala C.

## V

### CONCLUSÕES

A análise dos dados coletados no presente estudo indica que as condições ambientais, particularmente na infância, podem representar um papel importante na etiologia do comportamento violento. Indica também que as características de personalidade dos criminosos seriam diferentes das características de personalidade dos não-criminosos, em relação a fatores como neuroticismo, psicoticismo, extroversão e dissimulação, do modo como são definidos e avaliados por Eysenck

Os resultados referem-se a uma amostra pequena e, por isso, devem ser complementados por outros estudos.

O Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, através de pesquisas em cursos ou programadas, pretende ampliar e aprofundar a pesquisa sobre a violência.

Pretendemos, também, programar a realização de pesquisas sobre os índices de condicionamento respondente de criminosos e sobre as características da personalidade de criminosos que praticaram atos de violência "gratuita", objetivos iniciais de nosso trabalho e que não puderam ser alcançados pelas razões já expostas.

A análise conjunta desses e de outros trabalhos permitirá, certamente, que sejam levantados mais dados sobre o inquietante e avassalador problema da violência.

Palavras Finais

O Sistema carcerário brasileiro é irracional e iníquo.

Irracional porque, existindo com o fim específico de reeducar o infrator, não apenas deixa de cumprir sua finalidade, mas é a grande escola de aperfeiçoamento do crime, para a manutenção da qual a sociedade investe parcela ponderável de seus recursos.

Iníquo porque acrescenta à pena imposta ao preso, o aviltamento de sua dignidade, o viver em cárceres superlotados, o ócio forçado, o convívio diário com as ameaças à sua integridade física e moral.

"As casas de detenção, presídios e cadeias públicas são estufas do crime, depósitos humanos onde se permite a prática abusiva da deformação do caráter, do aviltamento da personalidade, da submissão dos mais fracos aos mais aptos a essa convivência que leva a todo tipo de degenerescência, inclusive física." (Ibrahim Abi-Ackel-Ministro da Justiça. Aula inaugural do 1º Curso de Extensão para Pessoal Penitenciário. Abril, 1982)

Presenciamos a luta do Juiz Corregedor, do Diretor do Presídio, do Conselho Carcerário, do Patronato de Auxílio ao Reeducando, para dar condições de vida mais humanas aos presidiários. Seus esforços, porém, eram em grande parte neutralizados pela estrutura patogênica existente.

Há um experimento em Psicologia Social que mostra que mesmos os ratos, quando colocados em ambientes fechados e com um aumento progressivo da população, a partir de determinado momento, passam a desenvolver um comportamento agressivo incontrolável, destruindo-se uns aos outros.

Os meses que precederam a sangrenta rebelião de setembro de 1981 foram marcados por um aumento do número de fugas e de tentativas de fuga, de sinais de descontentamento,

de maior grau de tensão no relacionamento interpessoal.

Entidades e autoridades, inclusive os Diretores do Presídio, pronunciavam-se publicamente, alertando sobre o perigo da situação, devido à superpopulação do presídio e à precariedade das suas condições. Não obstante, mais e mais presos eram enviados para o São Bernardo, transformando numa panela de pressão sem válvula de escape e sobre um fogo que aumentava de intensidade.

Nesse ambiente, pudemos contar com a colaboração de um número significativo de presos. Muitos deles, de modo surpreendente, estavam conseguindo resistir à degradação do meio e preservar sua dignidade e seus valores.

Aos que colaboraram conosco, deixamos aqui nossos agradecimentos e, a todos os presidiários do São Bernardo, nossa esperança de que as vozes que ultimamente têm condenado com tanta veemência o sistema carcerário, sejam ouvidas por aqueles que tenham alguma responsabilidade num problema que está a exigir, para sua resolução, um mínimo de lucidez e de respeito ao ser humano.

#### BIBLIOGRAFIA

- AGRAS, W. S.; KAZDIN, A.; WILSON, G. T. *Behavior therapy*. San Francisco, W. H. Freeman & Co., 1979. Cap. 4 e 5.
- BANDURA, A. *Agression: a social learning approach*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1973.
- BANDURA, A. & WALTERS, R. H. *Adolescent aggression*. New York, Ronald, 1959.
- BANDURA, A. & WALTERS, R. H. *Social learning and personality development*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1963.
- BERMAN, L. Crime and the endocrine glands. *American Journal of Psychiatry*, 12:215-235, 1932.

- BLOCK, J. A study of affective responsiveness in a lie-detection series. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 55: 1957.
- BLOOM, B. L. A census tract analysis of socially deviant behaviors. *Multivariate Behavioral Research* (July):307-320, 1966.
- CHRISTENSEN, K. O. In: WALKER, N. *Crime and punishment in Britain*. (Edição revisada) Edinburgh, University Press, 1968, p. 49-50.
- CLOWARD, R. A. & OHLIN, L. E. *Delinquency and opportunity: a theory of delinquent gangs*. New York, The Free Press, 1960.
- COHEN, A. *Delinquent boys*. New York, Free Press, 1955.
- COOPER, D. C. *A comparative study of delinquents and non-delinquents*. Portsmouth, Ohio, The Psychological Services Center, 1960.
- CORTES, J. B. & GATTI, F. M. *Delinquency and crime: a bio-social approach*. New York, Seminar Press, 1972.
- EYSENCK, H. J. *Crime and personality*. London: Paladin Books, 1964.
- EYSENCK, H. J. *Eysenck personality questionnaire*. Great Britain, Hodder & Stoughton, 1970.
- EYSENCK, H. J. Crime and Personality Reconsidered. *Bull, Br. Psychol. Soc.*, 27:23-24, 1974
- EYSENCK, H. J. *Delinuencia y personalidad*. Madrid, Ediciones Manova, 1976.
- EYSENCK, H. J. & EYSENCK, S. B. On the dual nature of extraversion. *Brit. J. Soc. Clin. Psychol.* 2:46-55, 1963.

- EYSENCK, H. J. & EYSENCK, S. B. Crime and personality: an empirical study of the three-factor theory. *Br. J. Criminol.* 10:225-239, 1970.
- EYSENCK, H. J. & EYSENCK, S. B. Crime and personality: item analysis of questionnaire responses. *Br. J. Criminol.* 11: 49-62, 1971.
- EYSENCK, H. J. & EYSENCK, S. B. A comparative study of criminals and matched controls on three dimensions of personality. *Br. J. Soc. Clin. Psychol.* 10:362-366, 1971.
- EYSENCK, H. J. & EYSENCK, S. B. Manual of the Eysenck personality questionnaire (Junior & Adult). Great Britain, Hodder & Stoughton, 1975.
- FELDMAN, H. P. *Comportamento criminoso: uma análise psicológica.* Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FRANKS, C. H. Conditioning and behavior. In: EYSENCK, H. J., ed. *Handbook of abnormal psychology.* New York, Basic Books, 1961.
- GALLE, O. R. Population density and pathology. *Science*, 176: 23-30, April, 1972.
- GODDARD, H. H. *The Kallikak family.* New York, MacMillan, 1912.
- HASKELL, H. R. & YABLONSKY, L. *Crimes and delinquency.* Rand McNally College P. Co., Chicago, 1970.
- HIRSCHI, T. *Causes of delinquency.* California, California Press, 1970.
- JACOBS, P. A.; BRUNTON, H.; MELVILLE, H. H.; BRITAIN, R. P.; Mc CLEMONT, W. P. Aggressive behavior, mental subnormality and the XYY male. *Nature*, 208:1351-1352, 1965.
- JONES, H. E. The study of patterns of emotional expression. In: REYHERT, M. L., ed. *Feeling and emotion.* New York, Mc Graw Hill Co., 1950. p.161-168.

LYKKEN, D. T. A study of anxiety in the sociopathic personality. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 55:6-10, 1957.

MACK, J. A. Full time miscreants, delinquent neighbourhoods and criminal networks. *British Journal of Sociology*, 15: 38-53, March, 1964.

MATZA, D. *Delinquency and drift*. New York, John Wiley & Sons, Incorporated, 1964.

MERTON, R. Social structure and anomie. In: CRESSEY, D. R. & WOOD, D. A., orgs. *Delinquency, crime and social process*. New York, Harper & Row, 1969. p.259-284.

MOWRER, O.H. *Learning Theory and Behavior*. New York, John Wiley & Sons, 1960.

NASSI, A.J. & ABRAMOWITZ, S.I. From phrenology to psychosurgery again: Biological Studies of criminality. *Am.J. of Orthopsychiatry*, 46(4), Oct. 1976.

NETTLER, G. *Explaining crime*. New York, Mc Graw-Hill Book, Co., 1974.

O'LEARY, D. K. & WILSON, T. G. *Behavior therapy*. New Jersey, Prentice-Hall, Inc.-Englewood Cliff, 1975.

OSWALD, W. T. & VELICER, W. F. Item format and the structure of the Eysenck personality inventory: a replication. *Journal of Personality Assessment*, 44(3):283-288, 1980.

OWEN, D.R. The 47 x 44 male: A review. *Psych. Bull*, 78:209-233 1972.

PHILLIPS, L. *Counseling and psychotherapy*. John Wiley & Sons, New York, 1977. Cap. 8.

- PREICE, W. H. & WHATMORE, P. B. Behavior disorders and patterns of crime among XYY males, identified at a maximum security hospital. *British Medical Journal*, 1:533-536, 1967.
- RAY, J. J. & BOZER, R. S. Authoritarianism and Eysenck's P scale. *The Journal of Social Psychology*, 113:231-234, 1981.
- SHELDON, W. H. Varieties of delinquent youth: an introduction to constitutional psychiatry. New York, Harper & Row, 1949.
- SPENCE, K. W. A theory of emotionally based drive. *American Psychology*, 13:131-141, 1958.
- SUTHERLAND, E. H. *Principles of criminology*. Philadelphia, Lippincott, 1939.
- TARRIER, N. National differences in personality: Brazil and England. *Person. Ind. Diff.* 1:164-171, 1980.
- TAYLOR, J. A. A personality scale of anxiety. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 48:285-290, 1953.
- TRASLER, G. *The explanation of criminality*. London, Rowledge Kagan Paul, 1962.
- TURNER, S. *The ecology of delinquency*. In: SELLIN, T. & WOLFGANG, M. E., eds. *Delinquency: selected studies*. John Wiley & Sons, Inc., 1969.
- WOLFGANG, M. E. & FERRACUTI, F. *The subculture of violence: towards an integrated theory in criminology*. London, Tavestock Publication, 1967.
- WOLPE, J. *Psychotherapy by reciprocal inhibition* Stanford Uni. Press, 1958.